



1 Às nove horas do dia quatro de abril de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOISIO**
4 **CHAVES, JOSE CARLOS ARAUJO, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES** e o
5 Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº 07/2017
6 de 09.02.2017; ausências justificadas dos Conselheiros, **CEZAR COLARES e SÉRGIO LEÃO**;
7 presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
8 **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios
9 do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno
10 desta Corte. Convocadas as Conselheiras Substitutas **ADRIANA OLIVEIRA e MÁRCIA COSTA**,
11 para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento
12 Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
13 manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*
14 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Em sequência,
15 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:
16 **Processo nº 1080022008-00; Câmara Municipal de Água Azul do Norte; Prestação de**
17 **Contas – 2008; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Teonílio Lopes de Souza; Instrução: 7ª**
18 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro**
19 **José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo
20 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
21 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
22 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
23 regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.336). Ausência, por
24 ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
25 **Processo nº 964552008-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Ourilândia do**
26 **Norte; Prestação de Contas – 2008; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Francival**
27 **Cassiano do Rego; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
28 **Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogada/Contadora: Rita Thais Cei Ribeiro**
29 **Lobo – Contadora; Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo
30 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
31 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
32 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
33 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria**: aplicação de multa (Acórdão
34 nº 30.337). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por
35 ocasião da votação, do Conselheiro Aloisio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
36 **Processo nº 964572008-00; FUNDEB de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas –**
37 **2008; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Francival Cassiano do Rego; Instrução: 7ª**
38 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro**
39 **José Carlos Araújo; Advogada/Contadora: Rita Thais Cei Ribeiro Lobo – Contadora; Publicado**



40 **no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
41 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas e
42 encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
43 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
44 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento e o
45 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** aplicação de
46 multas (Acórdão nº 30.338). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas.
47 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 714722010-00; Secretaria**
48 **Municipal de Educação e Desporto de Santarém; Prestação de Contas – 2010; Contas**
49 **Anuais de Gestão; Responsável: Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro; Instrução: 3ª**
50 **Controladora; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira**
51 **Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo
52 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
53 irregularidade das contas, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão.** A
54 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
55 **unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, aplicação de multa, e o encaminhamento
56 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.339). Ausência, por ocasião da
57 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
58 **Processo nº 714652010-00; Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação**
59 **Geral de Santarém; Prestação de Contas – 2010; Contas Anuais de Gestão; Responsável:**
60 **Everaldo de Sousa Martins Filho (01/01 a 28/02) e Emmanuel Silva Filho (01/03 a 31/12);**
61 **Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora:**
62 **Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Advogado/Contador: Raimundo Silva Peleja; Publicado no**
63 **DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
64 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com
65 ressalvas, de ambos Ordenadores. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora
66 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
67 pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa, de ambos os Ordenadores
68 (Acórdão nº 30.340). Ausência, por ocasião da votação, do José Carlos Araújo. Presidência do
69 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1382242014-00; Fundo Municipal dos Direitos**
70 **da Criança e do Adolescente de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2014; Contas**
71 **Anuais de Gestão; Responsável: Maria Do Carmo Vieira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério**
72 **Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;**
73 **Advogado/Contador: Jonas Pinheiro Reis (contador); Publicado no DOE nº 33.345, de**
74 **31.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
75 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.**
76 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
77 **unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação
78 (Acórdão nº 30.341). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 714722007-**



79 **00; Secretaria Municipal de Educação e Desporto - SEMED de Santarém; Prestação de**
80 **Contas – 2007;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Raimunda Lucineide Gonçalves
81 Pinheiro; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
82 Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.**
83 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
84 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
85 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
86 **unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação
87 (Acórdão nº 30.342). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201303509-**
88 **00; Casa de Apoio Grupo Paravida do Centro Comunitário; Prestação de Contas - 2012**
89 **Convênio S/Nº, Firmado com a Sesma e Prefeitura de Belém; Responsável: Antônio Ozair Nunes**
90 **dos Santos; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina**
91 **Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº**
92 **007/2017); Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental,
93 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
94 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
95 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das
96 contas, com emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.343). O Conselheiro Daniel Lavareda
97 não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do
98 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201118088-00 (1250012003-00); Prefeitura**
99 **Municipal de Terra Alta; Recurso - 2003 de Reconsideração - Resolução Nº**
100 **10.113/11;** Recorrente: Aluizio do Nascimento Pinto; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério
101 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;
102 Advogado/Contador: Manoel Gomes Machado Júnior - OAB/PA nº 9.295 e Hélio João Martins Silva
103 - OAB/PA nº 11.043; **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo
104 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
105 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O
106 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
107 **unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, modificando a
108 decisão anterior (Resolução nº 13.014). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos
109 termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
110 **Processo nº 201603944-00 (1350012005-00); Prefeitura Municipal de Curuá; Recurso**
111 **- 2005 Ordinário Contra a Decisão Proferida na Resolução Nº 11.698 de 11/12/2014;**
112 **Recorrente: José Antônio Fausto da Silva – Ex-Prefeito; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério**
113 **Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas**
114 **(Resolução Administrativa nº 007/2017); Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.**
115 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
116 manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em**
117 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O



118 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso
119 (Resolução nº 13.015). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, §
120 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
121 **201507539-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria -**
122 **2015 Portaria Nº 041/2015, De 18.05.15;** Interessado: Maria do Socorro da Silva Cruz.;
123 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio
124 Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de**
125 **31.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
126 dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
127 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
128 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.344). O Conselheiro Daniel Lavareda
129 não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. O Conselheiro Daniel
130 Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência
131 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201507540-00; Instituto de Previdência do**
132 **Município de Castanhal; Aposentadoria - 2015 Portaria Nº 040/2015, De 18.05.15;**
133 **Interessada: Sandra de Souza Costa; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha;**
134 **Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017);**
135 **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
136 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi
137 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
138 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.345). O
139 Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do
140 TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201515930-00; Instituto**
141 **de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria - 2015 Portaria Nº**
142 **114/2015, De 01.12.15;** Interessada: Terezinha de Jesus de Souza Lima; Ministério Público:
143 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução
144 Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo
145 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
146 se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
147 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro
148 do Ato (Acórdão nº 30.346). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art.
149 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
150 **201415070-00; Ipasemar - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de**
151 **Marabá; Pensão Portaria Nº 621/14, De 13.08.14;** Interessado: Marcus Vinicius Silva
152 Oliveira; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio
153 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo
154 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
155 registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
156 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato



157 (Acórdão nº 30.347). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, §
158 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
159 **201406158-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Pensão - 2014**
160 **Portaria Nº 018/2014, De 31.03.14,** Pensão Por Morte da Servidora Inativa Sra. Maria
161 Benedita Silva da Rocha; Interessado: Raimundo Araújo da Rocha (Esposo); Ministério Público:
162 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas
163 (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.**
164 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
165 manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
166 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu
167 pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.348). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos
168 termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
169 **Processo nº 201408330-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;**
170 **Pensão - 2014 Portaria Nº 037/2014, De 13.05.14,** Pensão Por Morte do Servidor Ativo Sr.
171 Marcos Antonio Dias Pereira; Interessada: Marília do Socorro Lopes Pereira (Esposa); Ministério
172 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas
173 (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.**
174 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
175 manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
176 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu
177 pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.349). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos
178 termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
179 **Processo nº 201511517-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;**
180 **Pensão - 2015 Portaria Nº 083/2015, de 11.08.15,** Pensão Por Morte do Servidor Inativo
181 Sr. Olavo Saraiva do Prado; Interessada: Maria Eliana Silva de Souza (Companheira); Ministério
182 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas
183 (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.**
184 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
185 manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
186 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu
187 pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.350). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos
188 termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
189 **Processo nº 201414383-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;**
190 **Pensão Portaria Nº 065/2014, de 26.08.14,** Pensão Por Morte do Servidor Ativo Sr. Higson
191 Silvan Souza Marigliani; Interessado: Higor Rian Oliveira Marigliani; Ministério Público:
192 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas
193 (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.**
194 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
195 manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator



proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.351). O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201602259-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Pensão Portaria Nº 009/2016**, Pensão Por Morte da Servidora em Atividade Sra. Thatiane Moreira Palheta de Oliveira; Interessado: Robson Lima de Oliveira (Esposo) e Naelly Aurenir Palheta de Oliveira e Nickolly Magelly Palheta de Oliveira (Filhos); Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.352). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201511518-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Pensão Portaria Nº 084/2015**, De 12.08.15, Pensão Por Morte da Servidora em Atividade Sra. Ruthelene Gomes da Silva; Interessado: Francisco Marco Barros da Silva (Esposo) e Murilo Gomes da Silva (Filho); Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.353). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201514462-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Pensão Portaria Nº 107/2015**, Pensão Por Morte do Servidor Inativo Sr. Raimundo Silva Rosário; Interessado: Maria José Crispim Ribeiro (Esposa); Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.354). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. O Conselheiro Daniel Lavareda não profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201515490-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Pensão Portaria Nº 111/2015**, De 17.11.15, Pensão Por Morte da Servidora Inativa Sra. Rosa da Silva Pereira; Interessado: Raimundo de



235 Oliveira Pereira (Esposo); Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro
236 Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº007/2017); **Publicado no DOE nº**
237 **33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
238 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
239 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
240 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.355). Ausência, por
241 ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. O Conselheiro Daniel Lavareda não
242 profere Voto, nos termos do art. 11, § 2º da Lei Orgânica do TCM/PA. Presidência do Conselheiro
243 Daniel Lavareda. **Processo nº 201611599-00; Câmara Municipal de Rondon do Pará;**
244 **Subsídio - 2016 Resolução N.º 001, de 26/09/2016, Que Fixa Os Subsídios dos**
245 **Vereadores, Para a Legislatura De 2017 a 2020;** Interessado: Dahu Carlos Burani Machado
246 – Vereador Presidente; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:
247 Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo
248 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
249 se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
250 proferiu seu **VOTO**. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
251 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.016).
252 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro
253 Daniel Lavareda. **Processo nº 201305850-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Ato -**
254 **2013 Lei Municipal Nº 012/2013 Que Reajustou o Salário dos Servidores Públicos**
255 **Municipais;** Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
256 Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº007/2017); **Publicado no DOE nº**
257 **33.345, de 31.03.2017.** Retirado de pauta **Processo nº 201702323-00; Prefeitura**
258 **Municipal de Afuá; Ato - 2017 Lei Nº 404/2017 Que Dispõe de Revisão Geral Anual**
259 **dos Vencimentos dos Servidores da Câmara;** Ministério Público: Procuradora Geral Maria
260 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa
261 nº007/2017); **Publicado no DOE nº 33.345, de 31.03.2017.** Cumprindo dispositivo
262 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
263 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
264 **VOTO**. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
265 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.017). Ausência, por ocasião
266 da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
267 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** O Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda, pediu a palavra para
268 apresentar: **1.** Proposta de criação do Comitê Técnico deste TCM-Pa, de acordo com
269 esclarecimentos da Diretoria Jurídica. Em seguida, o Conselheiro Aloísio Chaves pediu a palavra:
270 *"Quero reforçar que se faz prudente aguardar a apreciação por todos os Conselheiros Titulares por*
271 *envolver jurisdição, e por sua vez, esta só pode ser normatizada se houver consenso, se não houver*
272 *consenso entre os Conselheiros, não há possibilidade de realizar modificações no âmbito da jurisdição*
273 *desta Casa, os atos de jurisdição dos Conselheiros podem ser alterados todos os dias, desde que estes*
274 *estejam baseados em julgamentos de casos concretos discutidos em Plenário. Eu acho prudente, da parte*



275 *de V. Exa. retirar a matéria de pauta, tendo em vista a ausência de três Conselheiros. E aconselho, que*
276 *antes de ser trazida à Plenário, que seja discutida em Reunião Administrativa com os sete Conselheiros,*
277 *tendo em vista que existem diversos pontos nos quais possuo posicionamento contrário à forma, não à*
278 *ideia, isso existe em outros tribunais. Esse Comitê Técnico que será instaurado, para procurar normas*
279 *técnicas, procurar uniformização jurisprudencial procedimental dos processos, então esses Comitês em via*
280 *de regra em outros tribunais são presididos por Conselheiros e, em via de regra presididos ou pelo*
281 *Corregedor, ou pelo Vice Presidente, não é presidido a nível de servidor, sobretudo de servidor não efetivo,*
282 *minhas objeções serão apresentadas em sessão administrativa.” Os demais Conselheiros, Daniel*
283 *Lavareda, Mara Lúcia, José Carlos Araújo e Antonio José posicionaram-se pela retirada da matéria*
284 *em questão para que seja apreciada por todos os Conselheiros em Reunião Administrativa; 2.*
285 *Apresentação da prestação de Contas do exercício de 2016, deste Tribunal, ao Tribunal de Contas*
286 *do Estado do Pará; 3. Concessão da Láurea do Mérito Pessoal, outorgada aos Oficiais e Praças da*
287 *Polícia Militar do Pará, devidamente reconhecidos por seu Comandante imediato, e exarado pelo*
288 *Comandante Geral, sendo esta, homologada em data comemorativa ao aniversário da*
289 *Organização da Polícia Militar do Estado do Pará. Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda*
290 *convidou o Coronel Verdelho que faz uso da palavra: “A concessão das Láureas deveriam ter sido*
291 *entregues na data do aniversário da OPM, no dia quatorze de janeiro de dois mil e dezessete, no entanto,*
292 *data esta, muito próxima ao da solenidade de posse da nova gestão desta casa, desta maneira, foi*
293 *transferida para hoje. Portaria nº 002/2017 - Gabinete do Comando, o Comandante Geral da Polícia Militar*
294 *do Estado do Pará, fazendo uso de suas atribuições conferidas por lei, e considerando os preceitos*
295 *constantemente da Portaria nº 050, de vinte e dois de setembro de dois mil e quatro, que normatiza a*
296 *concessão da Láurea do Mérito Pessoal e considerando a indicação contida no Ofício nº 033/2016 – GAB.*
297 *MILITAR/TCM/PA, resolve: Art. 1º – Conceder a “Láurea do Mérito Pessoal”, aos policiais militares abaixo*
298 *denominados, pelos relevantes serviços prestados a esta Corporação: CAP. QOPM MAIQUEL DA SILVEIRA*
299 *REODRIGUES; 1º SGT. PM ANTÔNIO JORGE CORDEIRO FERNANDES; 3º SGT. PM FRANCISCO ADINALDO*
300 *BORGES PEREIRA; CB. PM MAX DA SILVA CARDOSO”. Art. 2º Os policiais militares agraciados receberão a*
301 *comenda por ocasião da Solenidade Alusiva ao aniversário do TCM/PA. Art. 3º Esta Portaria entrará em*
302 *vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se e*
303 *cumpra-se, Coronel Roberto Campos, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará”. Os referidos*
304 *oficiais foram devidamente condecorados pelos Conselheiros presentes, e na oportunidade, o*
305 *Conselheiro Daniel Lavareda fez uso da palavra para: “Aproveito a oportunidade, para agradecer em*
306 *nome do Tribunal de Contas, a iniciativa de V. Exa., e que sirva de inspiração aos demais, pelos relevantes*
307 *serviços que de fato, a Corporação tem prestado a este Tribunal, com a manutenção da ordem dentro e*
308 *fora do Tribunal, agradeço então a iniciativa, em especial ao aqui agraciados”; 4. Recebimento da visita*
309 *do promotor Gilberto Valente, que virá a este Tribunal no dia cinco de abril de dois mil e*
310 *dezessete, com a finalidade de fazer convite aos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e*
311 *Ministério Público, para sua solenidade de posse como Procurador Geral de Justiça do Estado do*
312 *Pará; 5. Informe sobre a presença no dia anterior, do Prefeito Municipal de Belém, o Senhor*
313 *Zenaldo Coutinho, que contou com a presença dos Conselheiros Daniel Lavareda e Aloisio Chaves,*
314 *que em longa conversa, tratou sobre o lixo de Belém, e foi solicitado pelo Conselheiro Daniel que*
315 *o mesmo compareça a esta Corte de Contas, da mesma maneira que o fez quando se tratou do*



316 BRT, afim esclarecer todos os pontos que envolvem a questão do processo licitatório, e da fase
317 final da licitação do lixo de Belém. Ficou acordado que o mesmo viesse à este Tribunal na
318 segunda-feira, dia dez de abril. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
319 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às quatorze horas e quinze minutos
320 da qual foi lavrada a presente Ata.

321 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de março
322 de dois mil e dezessete.

323 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 029/2017, em quatro de maio de dois mil e dezessete.

324 Visto:

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando
Subsecretária

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão